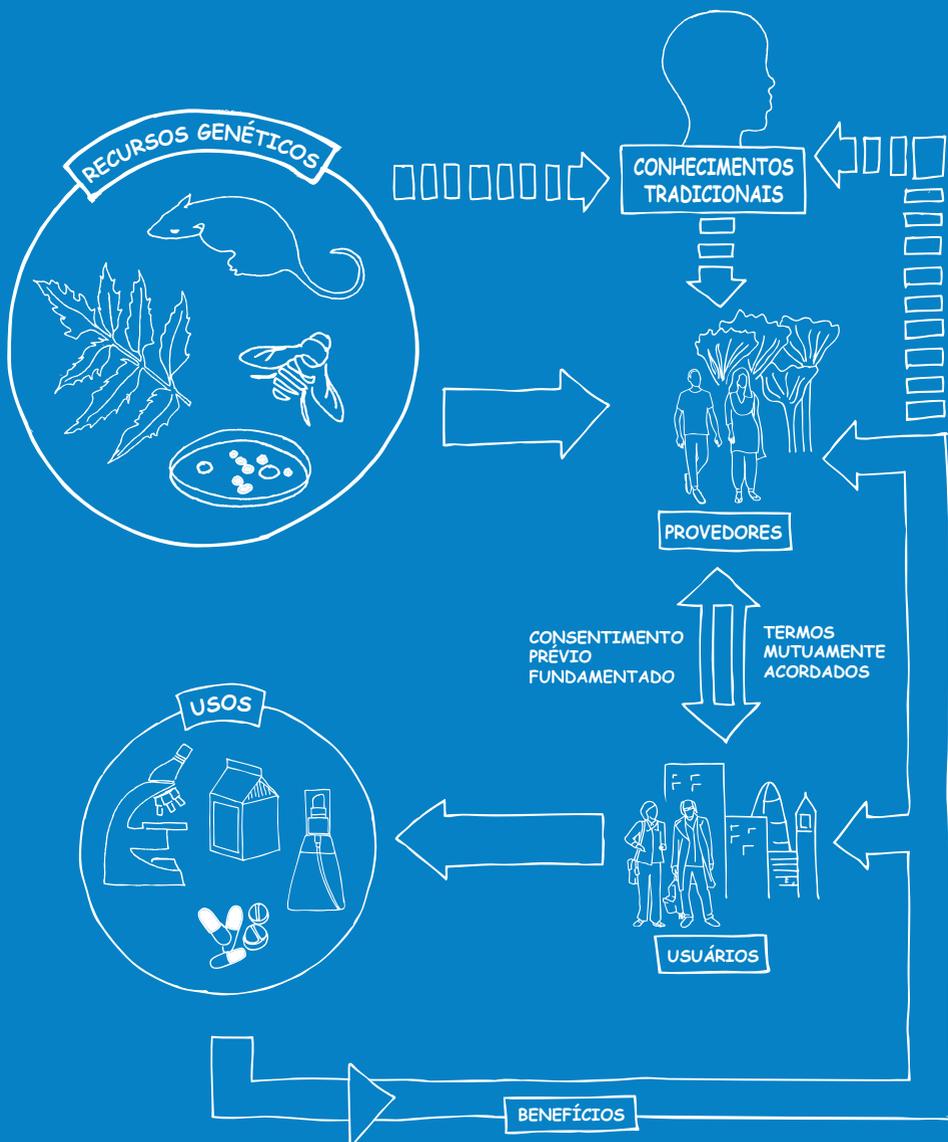


TEMA

As Diretrizes de Bonn





As Diretrizes de Bonn foram adotadas pela Conferência das Partes da CDB em 2002

Direitos de imagem: Dimitar Bosakov/Shutterstock



O que são as Diretrizes de Bonn?

As Diretrizes de Bonn se destinam a auxiliar os governos na adoção de medidas para reger o acesso e a repartição de benefícios em seus países. Elas foram adotadas pela Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em 2002 na cidade de Bonn, Alemanha.

Seu propósito é de ajudar os países, enquanto provedores e usuários de recursos genéticos, a implementar efetivamente legislações de gestão de acesso e repartição de benefícios (ABS, na sigla em inglês). Apesar de serem voluntárias, essas diretrizes são reconhecidas como tendo constituído um primeiro passo importante na aplicação das disposições de acesso e repartição de benefícios da CDB.

Por que as Diretrizes de Bonn são importantes?

As Diretrizes de Bonn auxiliam no desenvolvimento e na implementação de medidas nacionais para assegurar um marco legal transparente que facilite o acesso aos recursos genéticos e garanta ao mesmo tempo que os benefícios decorrentes de sua utilização sejam repartidos de forma justa e equitativa.

Essas diretrizes têm dois objetivos principais:

1. Orientar, por exemplo, os países, enquanto provedores, na criação de suas próprias legislações nacionais ou medidas administrativas e de gestão voltadas para o acesso e a repartição de benefícios. Orienta por exemplo quais elementos deveriam fazer parte do consentimento prévio fundamentado (PIC, na sigla em inglês);
2. Ajudar os provedores e os usuários a negociar as condições dos termos mutuamente acordados (MAT, na sigla em inglês), proporcionando exemplos de elementos que devem ser incluídos nesses contratos.

A quem se destinam as Diretrizes de Bonn?

As Diretrizes de Bonn possuem por destino usuários e provedores de recursos genéticos de dois tipos:

1. **Enquanto governos nacionais:** apoiando no desenvolvimento de seus marcos legais de acesso e repartição de benefícios.
2. **Enquanto instituições e pessoas físicas:** apoiando na negociação dos contratos de acesso e repartição de benefícios, tais como o consentimento prévio fundamentado e os termos mutuamente acordados.

Conteúdo e uso das Diretrizes de Bonn

Conteúdo

As Diretrizes de Bonn descrevem as etapas principais no processo de acesso e repartição de benefícios, que inclui a identificação dos elementos básicos necessários para o consentimento prévio fundamentado e os termos mutuamente acordados. Elas também destacam os papéis desempenhados e as responsabilidades que devem ser assumidas pelos usuários e provedores e incluem uma lista indicativa de benefícios monetários e não monetários que podem ser usados na repartição de benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

Princípios e elementos básicos do consentimento prévio fundamentado

As Diretrizes de Bonn salientam a obrigatoriedade para qualquer usuário em potencial dos recursos genéticos de conseguir o consentimento prévio fundamentado do provedor.

Dentre os princípios básicos que devem constar no consentimento prévio fundamentado pode-se listar os seguintes:

- Clareza e segurança jurídica;
- Facilitação ao acesso aos recursos genéticos a um custo mínimo;
- As regras de acesso e repartição de benefícios derivados do uso dos recursos genéticos devem ser transparentes e sem contradições com os objetivos da Convenção.

Os elementos básicos de um sistema eficaz de consentimento prévio fundamentado pode ainda incluir:

- A instituição de autoridades nacionais competentes, que podem conceder o consentimento prévio fundamentado
- A descrição clara dos procedimentos para obtenção do consentimento prévio fundamentado junto às autoridades nacionais competentes;
- Prazos de tramitação de processos de solicitação de autorização divulgados de forma transparente;
- As formas possíveis de uso dos recursos;
- Um mecanismo de consulta destinado às partes interessadas.

Princípios e elementos básicos dos termos mutuamente acordados

As Diretrizes de Bonn fornecem princípios gerais e indicações básicas que podem ser consideradas no desenvolvimento dos termos mutuamente acordados. Pode-se listar os seguintes conteúdos:

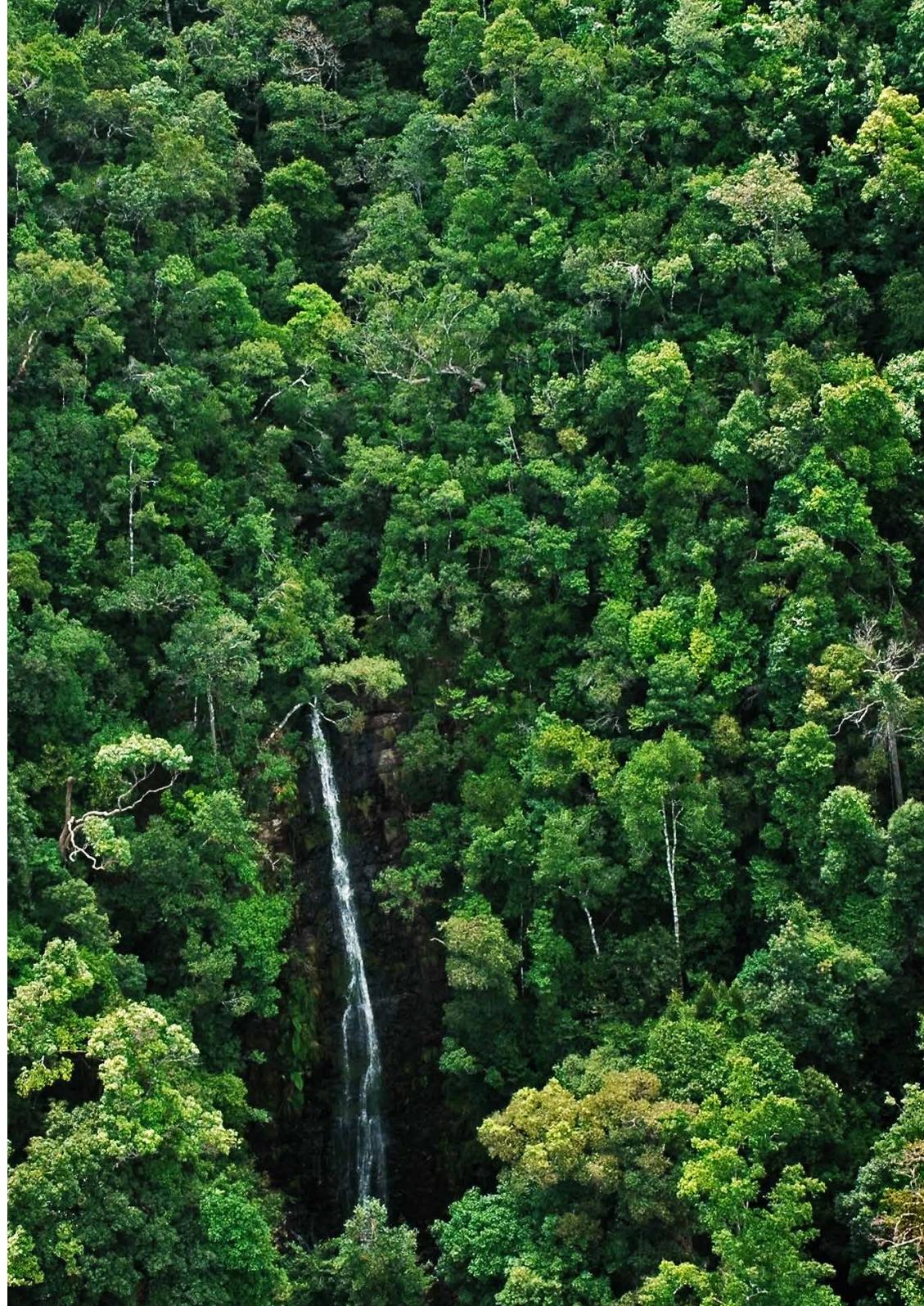
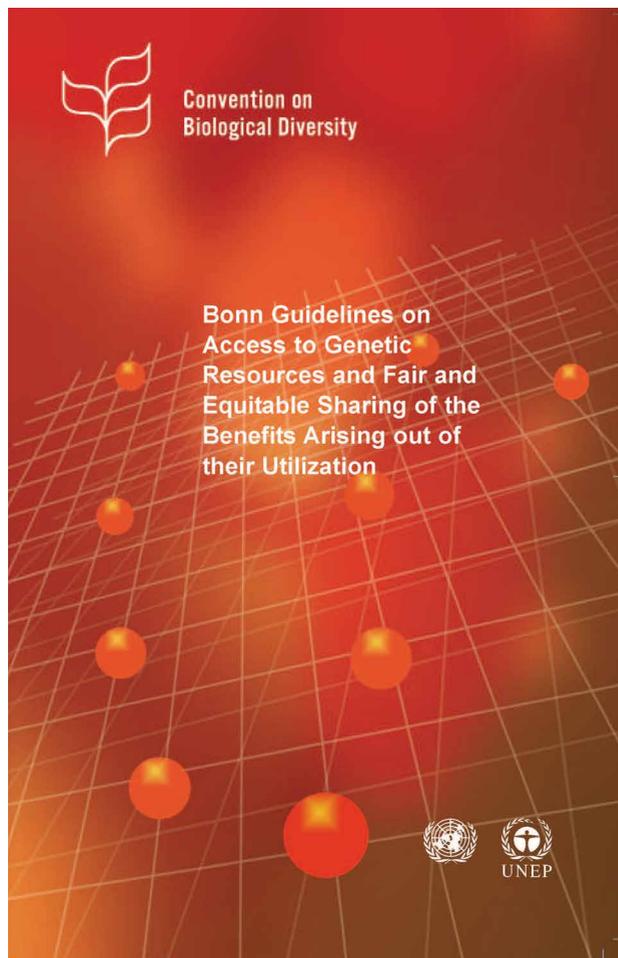
- Clareza e segurança jurídica;
- Deve-se facilitar as transações entre as partes por meio de informações e procedimentos claros;
- Prazos razoáveis para as negociações;
- As condições dos termos declarados devem ser feitos preferencialmente por escrito.

As Diretrizes prevêm uma lista indicativa de condições a serem preenchidas nos termos mutuamente acordados, que inclui:

- Tipo e quantidade dos recursos genéticos e sua área geográfica e ecológica de origem;
- Qualquer tipo de limitação sobre a utilização do recurso;
- Se os recursos genéticos podem ser transferidos ou não a terceiros e sob que condições;
- O reconhecimento dos direitos soberanos do país de origem;
- A capacitação e transferência de tecnologias devem ser identificadas no acordo.

Saiba mais

As Diretrizes de Bonn podem ser baixadas do website da Convenção em:
<http://www.cbd.int/abs/bonn.shtml>



Direitos de imagem: Eky Chan/Shutterstock: Floresta tropical na Malásia





Cartilhas da série ABS

Introdução a Acesso e Repartição de Benefícios

Acesso e Repartição de Benefícios

Uso dos Recursos Genéticos

Conhecimentos Tradicionais

As Diretrizes de Bonn

Implementação Nacional

O Protocolo de Nagoia

Tradução: Carlos Potiara Castro. A série ABS pode ser baixada em www.cbd.int/abs

Produzido pelo Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica

Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica

413, Rue Saint Jacques, Suite 800
Montreal QC H2Y 1N9
Canadá

Tel +1 514 288 2220

Fax +1 514 288 6588

E-Mail secretariat@cbd.int

Web www.cbd.int

Web (ABS) www.cbd.int/abs



Ministério Federal de
Cooperação Econômica
e Desenvolvimento



www.theGEF.org

Ministério do
Meio Ambiente

